



Novos Cadernos NAEA

v. 21, n. 3, p. 269-279, set-dez 2018, ISSN 1516-6481 / 2179-7536

## RESENHA

---

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia**: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

*Tarcízio Macedo* – Doutorando em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: [tarcizio.macedo@bol.com.br](mailto:tarcizio.macedo@bol.com.br)

*Kelvin Santos de Souza* – Mestrando em Comunicação, Cultura e Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Jornalista da Assessoria de Comunicação do Instituto Evandro Chagas. E-mail: [kelvinsouza@gmail.com](mailto:kelvinsouza@gmail.com)

*Maria Christina Monteiro Barbosa* – Especialista em Comunicação Científica na Amazônia pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Bacharel em Ciências da Religião pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: [machristina.arquivo@gmail.com](mailto:machristina.arquivo@gmail.com)

*Sandra de Lima Rocha* – Especialista em Comunicação Científica na Amazônia pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal do Pará. Email: [sandraliro@gmail.com](mailto:sandraliro@gmail.com)

Os cerca de 8 milhões de quilômetros quadrados que perfazem a Pan-Amazônia são o último grande reduto de biodiversidade ainda relativamente conservado do planeta, cujo metabolismo é de vital relevância para a saúde da Terra e exerce sistemática renovação atmosférica sobre toda a América Latina, projetando-se, inclusive, ao sul dos Estados Unidos da América.

Há centenas de anos a Amazônia foi, e continua sendo, alvo da cobiça de grandes nações ao redor do mundo. Nas últimas décadas, contudo, sob a ação hegemônica do capital, e desde sua forma primitiva de atuação, o Brasil padece diante de suas esmagadoras forças. Neste recorte específico, a Amazônia vem sendo subtraída de suas riquezas naturais, em um movimento crescente de invasão de território e negação do seu povo e de sua relação com o lugar.

Ao longo dos séculos, a história da região foi narrada exclusivamente pelos vencedores, à revelia dos ditos “vencidos”, cujo silenciamento frequentemente decorreu do uso da força e da violência. De paraíso tropical a inferno verde, de natureza prístina a vazio demográfico, de “reserva” e inesgotável fonte de recursos à região do futuro, as vozes dos conquistadores infligiram à Amazônia perspectivas que variaram durante muitos anos, conforme os contextos socioeconômicos, sociopolíticos e os interesses com que era observada em dado período histórico.

Com o intuito de analisar esse cenário, o livro “Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso” é um ensaio feito pelo professor Carlos Walter Porto-Gonçalves como parte dos seus estudos durante o estágio pós-doutoral desenvolvido entre 2016 a 2017 no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Sociedade e Meio Ambiente da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob supervisão do Dr. Luiz Fernando Scheibe.

O autor tem graduação, mestrado e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), respectivamente obtendo os títulos nos anos de 1972, 1985 e 1998. Sua dissertação foi orientada pelo professor Dr. Milton Santos e sua tese pela professora Dra. Lia Osório Machado. Realizou estágio pós-doutoral na UFSC, entre 2016 e 2017. Atualmente, é professor titular da Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordena o Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO).

Os documentos e dados foram coletados inicialmente para uma apresentação solicitada pela Coordenadora de Organizações Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA), em 2015, e o ensaio final foi apresentado no seminário “Amazônia: territórios e significados em disputa”, realizado em Belém, no Pará, entre os dias 09 e 10 de fevereiro de 2017. O evento foi organizado e promovido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), em parceria com o programa da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) na Amazônia.

Dividido em sete capítulos, o livro constitui-se uma tentativa, sob a ótica dos estudos pós-coloniais, de analisar criticamente, e de forma panorâmica, a formação e as dinâmicas sociopolíticas, históricas e territoriais da Amazônia. A obra evidencia como as ações e os dinamismos de agentes do sistema mundo capitalista moderno-colonial, capital privado e o Estado, ignoram a riqueza cultural e intelectual das sociedades que já habitavam a região há milênios.

O autor busca ainda destacar como essa riqueza cultural e intelectual dos povos da região (conhecimento ancestral histórico ou outras matrizes de

conhecimento, na linguagem do autor) podem conter conceitos e concepções de mundo-chaves para a promoção de uma nova proposta de ocupação do espaço amazônico, uma vez que são conhecimentos construídos ao longo de 12 mil anos de convivência com a floresta.

Sob essa égide, a análise do autor tem o mérito de procurar superar a separação natureza-sociedade, a dicotomia espaço-tempo, a visão linear da história, bem como o etnocentrismo. A referida obra é construída com uma linguagem leve e direta, realizando um sobrevoo acerca de questões profundas e complexas em seu caráter histórico, social, econômico, político e espacial, destacando as tensões e conflitos territoriais em curso ocasionados pelo avanço do capital na região pan-amazônica.

O geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2017) elege a territorialidade, enquanto ação humana sobre dado espaço geográfico, como tema predominante do livro. O autor realiza um percurso de análise e pensamento que promove o cruzamento entre a história e a geografia, expondo o contexto para a compreensão das tensões que a América Latina mantém em seu interior, mais precisamente a partir dos anos 1960, período no qual, sob o esteio do desenvolvimentismo, acentuou-se a ação sobre a região amazônica, em um processo de transformação dos seus recursos em mercadorias. A partir desse novo contexto, o sentido da floresta é substancialmente redefinido (TRINDADE JR., 2014).

Porto-Gonçalves (2017) adverte, ainda, dos perigos advindos das violentas intervenções sobre os cursos d'água e sobre a floresta para o futuro do planeta e, conseqüentemente, para a humanidade. Ele sugere que outras relações devem se constituir com o meio ambiente, considerando que a saúde do homem depende da convivência saudável com a natureza.

## **AMAZÔNIA, AMAZÔNIAS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO EM DISPUTA**

O primeiro capítulo do livro aborda as visões sobre a Amazônia, destacando que, neste sentido, “[...] prevalecem visões *sobre* a Amazônia, e não *da* Amazônia” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 15, grifo do autor). O autor enfatiza ainda que, mesmo quando se abordam visões da Amazônia, não são visões dos amazônidas, mas daqueles que a ocuparam nos últimos 500 anos.

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2017) refere-se a quatro ideias centrais sobre a região, a saber: (i) Amazônia como natureza; (ii) Amazônia como vazio demográfico; (iii) Amazônia como reserva e fonte inesgotável de recursos; e (iv)

Amazônia como região do futuro. Para o autor, essas visões têm em comum o fato de reproduzirem uma ótica colonizadora, que observa a região a partir dos últimos 500 anos. Ademais, cada uma, à sua maneira, invisibiliza e silencia os povos que há cerca de 17 mil anos habitam a região, justificando uma suposta vocação ou papel natural da Amazônia na manutenção do sistema mundo capitalista moderno-colonial.

O capítulo aborda ainda as relações de poder que perpassam a região, com especial enfoque às dinâmicas sociais que se intensificam de 1960 até o presente. A emergência política de grupos tradicionalmente invisibilizados (negros, indígenas, mulheres etc.) e dos valores ecológicos da contracultura fazem frente à nova política de ocupação da região, denominada pelo autor de industrialização da selva, cuja materialização decorre do avanço “[...] sobre e contra a região [d]o velho paradigma da extração destrutiva com a construção de grandes rodovias, com a expansão da exploração mineral, gasífero-petroleira, da agropecuária de exportação e da extração madeireira” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 23).

No segundo capítulo, Porto-Gonçalves (2017, p. 25) dedica-se a compreender a chamada “complexidade sociometabólica amazônica”. O autor menciona o desafio ético-político, com implicações ecológicas, de respeitar os direitos dos povos e etnias amazônicas frente à “[...] demanda produtivista-consumista de ‘recursos naturais’ alimentada pela lógica da acumulação de capital em busca de lucro” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 26).

Ele confronta ainda a impossibilidade desses povos serem “absorvidos” em uma democracia fundada no indivíduo, uma vez que eles, em suas culturas, sequer possuem este conceito. Além disso, o autor tece uma crítica ao método analítico compartimentado científico convencional utilizando o exemplo do solo amazônico que, para a ciência convencional, seria um solo pobre. Em sua perspectiva, a matriz eurocêntrica de conhecimento não é capaz de compreender o complexo metabolismo amazônico, fato que gera a necessidade de não se desperdiçar os conhecimentos dos povos/culturas “tradicionais” da região.

No terceiro capítulo, o geógrafo disserta acerca da grande transformação sociometabólica em curso. Segundo ele, a partir dos anos 1960, a nova hegemonia mundial muda de estratégia e “civilizar” e colonizar são substituídos por “desenvolver”. Sobre este conceito, ocorreu uma nova conformação sociogeográfica na Amazônia, vista até então como vazio demográfico. No Brasil, a integração entra na pauta nacional como projeto político, por exemplo, com a criação dos territórios federais.

Nesse período, o nacionalismo do pós-guerra penetrou na América Latina negando a existência de direitos aos povos originários e se estendeu ao Peru, à Bolívia e ao Equador. A imigração foi fortemente estimulada na Amazônia brasileira, com base em uma ideologia desenvolvimentista, e alianças foram feitas com grandes empresários. Em decorrência desse cenário, um choque se instaurou entre práticas ancestrais e outro desenho foi implantada à força, responsável por deslocar o centro das relações do rio para as estradas, momento no qual a economia se volta à exploração do solo e subsolo.

A região Norte passou, então, a ser rasgada por rodovias, fluxos de água foram barrados e o conflito é estimulado ainda mais durante essa nova fase de conquista, de urbanização precária – responsável por exigir água para consumo humano e produção de mais energia. Outro tempo, então, aloja-se, segundo Porto-Gonçalves (2017): o tempo do capital desconectado do tempo das pessoas.

No quarto capítulo, o autor argumenta que o mundo do capital cresce e une-se, redesenhando a geopolítica da América Latina nos 1990. A iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e o Plano Puebla-Panamá (PPP) criam as condições gerais de produção para as operações capitalistas. Nesse cenário, conforme o autor, os movimentos sociais resistem e novas perspectivas políticas surgem com a eleição de forças opositoras aos regimes liberais em vários países.

Nesse contexto, o antiamericanismo favorece a aproximação com a Ásia e a atuação da China aumenta consideravelmente, abrindo espaço para a criação de novas alianças. A Amazônia sofre novas configurações: cinco eixos propostos pelo IIRSA incidem diretamente na região e alteram a referência anterior, transformando-a em eixo e corredor de acesso e escoamento de produção. Grandes projetos, de altos custos, atraem milhares de trabalhadores, gerando implicações no modo de vida e deixando rastros de violência, morte e miséria (PORTO-GONÇALVES, 2017).

O ritmo com que as intervenções se dão aponta para os perigos que se avizinham: as mudanças operadas na floresta e a industrialização desenfreada (e mal planejada) traduzem-se em perigos às vidas humanas, obrigando a prática de outras dinâmicas, mudando e invertendo as escalas de relações com a natureza, não respeitando o tempo desta, por exemplo. Dos 544 projetos voltados para a América Latina, 14 dizem respeito à Amazônia: hidrelétricas, hidrovias, ferrovias, estradas e aeroportos, dentre outros com fontes públicas de financiamentos, projetam o futuro da região, inaugurando novos desafios em que, no centro, silenciadas e submetidas, estão as populações amazônicas (PORTO-GONÇALVES, 2017).

No quinto capítulo, Porto-Gonçalves (2017) realiza uma análise acerca dos megaprojetos de infraestrutura realizados na Amazônia. O autor argumenta em defesa da existência de uma direta correlação entre o processo de abertura e pavimentação de estradas e o desmatamento na região amazônica, o qual é, em alguns países (Equador, Peru e Brasil), até mesmo estimulado como requisito para submeter a propriedade a uma nova configuração. Essa dinâmica é responsável por transformar decisivamente os padrões de ocupação territorial da Amazônia, na medida em que a exploração da madeira desempenha um papel-chave tanto no desencadear do desmatamento, quanto na abertura de espaço para a entrada de outras atividades no território (sejam as florestas, sejam os territórios ocupados tradicionalmente), como a criação de gado ou monoculturas.

A complexidade da relação solo-floresta-água/clima, segundo Porto-Gonçalves (2017), é desconhecida por essa frente de colonização, o que, por sua vez, desencadeia processos de lixiviação, laterização e erosão dos solos. Para esses grandes proprietários, “a floresta [...] é vista como obstáculo” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 58). Neste sentido, incide sobre os eixos de desenvolvimento da IIRSA também eixos de conflitos e desmatamento. Nessa demanda voraz por matéria e energia, os grupos/classes sociais, protagonistas do novo padrão de expansão sociogeográfico que se impõe na Amazônia, infligem obstáculos para o reconhecimento das territorialidades comunitárias.

A construção de estradas/hidroviárias/ferrovias/portos possui o objetivo de tornar mais fácil a circulação das mercadorias no espaço geográfico, estimulando a aceleração da produção e do processo de acumulação de capital (PORTO-GONÇALVES, 2017). Na geopolítica regional, o Brasil assume um papel de subimperialismo ao pressionar países vizinhos, em decorrência da demanda energética em expansão constante, influenciando na construção de hidrelétricas e na procura por fontes de suprimento de energia como o petróleo e o gás. Para o autor, é preciso ainda se avaliar o mito da energia hidrelétrica como uma energia limpa, reconhecendo seus impactos na emissão de gases de efeito estufa, inundação de terras férteis e na retirada forçada das comunidades que habitam esses territórios – suspendendo, assim, suas territorialidades.

Ademais, a demanda internacional crescente pela matriz energética com combustíveis fósseis impõe grande pressão na região, tanto pela exploração quanto pela localização de petróleo e gás. Essa configuração amplia o leque de tensões territoriais na medida em que as localizações dos povos e comunidades tradicionais abundam (e estão sobrepostas) esses recursos. Ainda conforme Porto-Gonçalves (2017), isso implica em uma desterritorialização em curso das territorialidades comunitárias. Tal processo de exploração de recursos

combustíveis fósseis desencadeia a construção de uma infraestrutura propícia ainda para o avanço da frente agrícola colonial.

Toda essa infraestrutura é utilizada, inclusive, para projetos de mineração em grande escala, cujas dependências dos suportes de transportes e, sobretudo, de fontes energéticas são imensas. Com isso, estabelece-se um contexto que aumenta o conflito na região amazônica, uma vez que o “[...] acesso ao subsolo só é possível através do solo onde geralmente estão as etnias/povos/nacionalidades indígenas, quilombolas e diversas comunidades camponesas da Amazônia” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 75). O futuro da região, para o autor, mostra-se marcado por uma tendência de aumento dos conflitos territoriais em curso.

Temos, então, existências diversas representadas por grupos/classes sociais que se reproduzem a partir da produtividade biológica primária (solo-fotossíntese/floresta/água). São os chamados povos da floresta, entendidos como índios, comunidades tradicionais e populações re-organizadas após processos de expulsão de seus territórios. No sexto capítulo, o autor realiza uma reflexão acerca dos conflitos e das r-existências desses povos da floresta. Segundo Porto-Gonçalves (2017), esses agentes têm r-existido ao avanço do grupo que se prevalece do poder econômico para impor seu modelo de existência voraz em consumo de energia, água, solo e subsolo.

R-existindo ao longo do espaço-tempo e contradizendo a Amazônia como espaço vazio, esses grupos somente ganham visibilidade com os conflitos que geram mobilizações capazes de influir nas políticas públicas (PORTO-GONÇALVES, 2017). Ampliar a visibilidade dos discursos desses grupos significa frear potenciais tensões territoriais na Amazônia incorporada pelo IIRSA e não se trata, portanto, de uma utopia. Desde 1980, grupos subalternizados – urbanos e não urbanos – articulam um novo ciclo de lutas na América Latina, como a Aliança dos Povos da Floresta. No Peru, comunidades aimarás e quéchuas, camponeses, trabalhadores urbanos, comerciantes, estudantes, profissionais e autoridades locais impediram a instalação de um complexo hidrelétrico.

No sétimo capítulo, Porto-Gonçalves (2017) evidencia que o modo de vida sustentado no estilo de vida americano provoca transformações profundas em todo o planeta, na medida em que exige a produção cada vez maior de bens e produz efeitos desiguais nocivos. Nessa dinâmica, os rejeitos ficam com os grupos subalternizados representados não só pelo local (populações tradicionais e territorialmente afetadas), mas pelo nacional (países que, como o Brasil, estruturaram-se para servir o mercado externo).

Em uma escala de reprodução capitalista global, as diversas geografias tendem a se homogeneizar, negando a r-existência das territorialidades

amazônicas. Em espaço-tempos diferentes, as estratégias colonialistas reinventam-se, incorporam o consumo de petróleo, gás, energia e água, e geram não só a violência e o desmatamento, mas o efeito estufa. Em uma nova configuração, Organizações não Governamentais (ONG) aliam-se aos interesses do grande capital, em defesa de uma preservação que continua isolando as populações da floresta.

O trabalho de Carlos Walter Porto-Gonçalves (2017) é uma importante referência para se pensar no debate contemporâneo sobre a Pan-Amazônia, nas tensões, transformações e conflitos em curso que perpassam a região, advindos da crescente expansão do capital rumo ao território amazônico. Articulando uma reflexão relevante sobre as ações e os dinamismos de agentes (capital privado e o Estado) do sistema mundo capitalista moderno-colonial na formação e nas dinâmicas sociopolíticas, históricas e territoriais da Amazônia, o autor oferece aos leitores um relevante espectro do quadro panorâmico que se descortina sobre as relações sociais, econômicas, políticas e de poder que configuram conflitos e tensões na luta por território em uma das regiões mais cobiçadas do mundo.

As relações que são ensejadas e engendradas nesse processo, por sua vez, reposicionam e alteram a conformação sociogeográfica na Amazônia, do qual emerge um novo padrão de expansão voltado para atender aos interesses capitalistas. Evidentemente, a atualidade do conteúdo exposto para o contexto contemporâneo é inegável. Entretanto, embora o tratamento que o autor ofereça ao tema e além dele seja bem feito, há algumas implicações que, a despeito de não diminuírem a qualidade e a contribuição do trabalho, merecem ser evidenciados.

A defesa do ponto do autor é aplicada de modo salutar, no entanto, apesar de ser um texto introdutório que empreende uma análise crítica da região amazônica a partir de uma abordagem pós-colonial, alguns termos do texto poderiam ser mais claros e diretos – os quais se colocam como dúvidas frequentes para um recém leitor do assunto, a exemplo da ideia de “terras tradicionalmente ocupadas”. Isso nos leva a perceber que o texto, apesar de se propor um ponto de partida, será mais bem aproveitado por leitores que já tenham um conhecimento prévio da temática discutida.

O autor é coerente ao convidar o leitor a ouvir as vozes da floresta, ao invés de evocar a expressão “dar voz” (recorrente em muitos trabalhos acadêmicos) aos grupos/classes sociais em situação de subalternização na Amazônia. Anos de estudos antropológicos trataram de reavaliar este termo e o posicionaram diante de uma perspectiva colonial, na medida em que atribui aos sujeitos uma dimensão de emudecimento no qual o pesquisador inauguraria sua locução, o que sabemos não ser verdadeiro.



A questão da formatação padronizada do texto também é um ponto que poderia ser melhorado, a fim de evidenciar ao leitor as obras de estudiosos que utiliza para embasar suas reflexões. Para além disso, ao se posicionar em uma perspectiva pós-colonial, seria interessante para o autor ter dedicado uma consulta em mais algum detalhe acerca da vasta literatura desenvolvida por pesquisadores *da* Amazônia<sup>1</sup>. No início do primeiro capítulo, Porto-Gonçalves (2017) argumenta que à região escapa até o direito e poder de falar sobre si mesma, de modo que prevalecem visões *sobre* a Amazônia e não *da* Amazônia. Esse forte argumento, acreditamos, poderia ser desenvolvido e complementado com a própria percepção do autor do seu lugar de fala.

O autor, ao nosso ver, poderia promover um debate mais intenso com os trabalhos de diversos pesquisadores que se dedicam há anos aos estudos dos conflitos, das comunidades, dos grandes projetos e da multiplicidade de territorialidades e identidades que subjazem no território amazônico. Ademais, não obstante Porto-Gonçalves (2017) refira-se ao debate sobre as terras tradicionalmente ocupadas e acerca de processos de territorialização<sup>2</sup>, sua discussão poderia empreender uma maior problematização dessa discussão – debate este que, uma vez mais, é feito na obra de pesquisadores da região, com destaque ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, coordenado pelos professores Alfredo Almeida e Rosa Acevedo Marin.

Além disso, embora sua análise das r-existências volte-se mais para casos desenvolvidos na Pan-Amazônia, os exemplos brasileiros de formas de organização, movimentos sociais e lutas desenvolvidas pelos povos e comunidades tradicionais na região são parcos e poderiam, no entanto, ser reforçados. No debate acerca da imposição de obstáculos para o reconhecimento legal das territorialidades comunitárias, inclusive a partir da demarcação das terras citadas pelo autor, há um extenso debate estimulado por autores como Joaquim Shiraishi Neto (2007, 2011) que, acreditamos, poderia ser útil para desdobrar outras discussões.

Da mesma forma, não obstante seu posicionamento político seja evidenciado ao longo de todo o texto e as vozes dos grupos/classes sociais da floresta inspirem seu ensaio, o diálogo com esses discursos poderia ser realizado de maneira mais intensa e constante – o que não significa, contudo, desconsiderar

---

<sup>1</sup> O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), por exemplo, é um dos mais importantes centros de referência que vem contribuindo, há mais de quatro décadas, com a produção de profundos estudos analíticos acerca dos mais variados debates que perpassam a região ao longo da sua história.

<sup>2</sup> Tal discussão é encontrada, por exemplo, na obra do professor Alfredo Wagner de Almeida (2004, 2008), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), e da professora Rosa Acevedo Marin, do NAEA/UFPA (ALMEIDA; MARIN, 2010).

o esforço de sua reflexão e contribuição. Afinal, lacunas são comuns em trabalhos acadêmicos. Porto-Gonçalves (2017) acaba por deixar algumas que devem ser consideradas na leitura de sua obra. Elas, portanto, têm o potencial de permitir, a partir de outras percepções sobre a temática, o avanço do conhecimento.

## **DIANTE DA ENCRUZILHADA AMAZÔNICA**

Ao final do livro, percebemos que a maior provocação de Porto-Gonçalves (2017, p. 94) é fazer ecoar o discurso de que “há que se descolonizar o pensamento para abrir outras (e não necessariamente novas) perspectivas teórico-políticas”. O autor nos convida a ouvir as r-existências que, historicamente, tiveram uma relação de convivência com a floresta, mas foram e continuam sendo silenciadas pelos que determinam as políticas públicas, impondo seus relatos e elaborando enunciados que (re)produzem suas memórias históricas como vencedores.

Os desafios à superação das contradições que os modelos de ocupação territorial impõem, ao colocarem em uma encruzilhada os grupos/classes sociais em situação de subalternidade e os que se fundam na ideia de dominação da natureza, são enormes. Podem ser ainda maiores com a efetivação de planos para a construção de mais hidrelétricas e da manutenção do papel de colonizado na efetivação da nova rota comercial para a China, via IIRSA.

Esse cruzamento parece eterno, mas outras articulações que não são as das redes de transporte, de fornecimento de energia e de circulação de mercadorias que, ciclicamente, consomem mais transporte e energia, já se encontram em marcha. A Aliança dos Povos da Floresta é um dos exemplos de articulação posto em prática, com paralisações de obras de hidrelétricas em países amazônicos como o Peru e a Bolívia.

É preciso uma ação rápida, pois, o tempo das conexões externas é distinto daquele que fez r-existirem outras territorialidades. Veloz que é para atender à roda do consumo global, ele pode acelerar irreversivelmente a homogeneização socioespacial da Amazônia para a capitalização da floresta e dos minérios. Ao final do texto, há que se perguntar qual o modelo de civilização o estado do Pará, o Brasil e os demais países da Amazônia, que historicamente ficaram do lado de cá do hemisfério, querem levar adiante. Diante da encruzilhada, a expectativa é que escolham virar na direção da diversidade, da pluralidade e do diálogo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, “faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** 2. ed. Manaus: PGSCA –UFAM, 2008.

———. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004.

ALMEIDA, A.; MARIN, R. Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terra. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMELKA, M. (Orgs.). **Amazônia: região universal e teatro do mundo.** São Paulo: Globo, 2010. p. 141-160.

PORTO-GONÇALVES, C. **Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso.** Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SHIRAIISHI NETO, J. “Novas sensibilidades”, velhas decisões: notas sobre as recentes transformações jurídicas. **Seqüência**, Florianópolis, v. 32, n. 62, p. 79-96, jul. 2011.

———. (Org.). **Direitos dos Povos de das Comunidades Tradicionais no Brasil.** Declarações, Convenções Internacionais e Dispositivos Jurídicos definidores de uma Política Nacional. Manaus: UEA, 2007.

TRINDADE JR., S-C. C. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. In: LIMONAD, E.; CASTRO, E. (Orgs.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 273-294.

Texto submetido à Revista em 29.06.2018  
Aceito para publicação em 25.10.2018

